

FICHA PARA APRESENTAÇÃO DE UMA PERGUNTA PARLAMENTAR

<i>PERGUNTAS ORAIS</i>	<i>PERGUNTAS ESCRITAS</i>
Destinatário: CONSELHO <input type="checkbox"/> COMISSÃO <input type="checkbox"/>	Destinatário: PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU <input type="checkbox"/> CONSELHO <input type="checkbox"/> COMISSÃO <input checked="" type="checkbox"/> VICE-PRESIDENTE / ALTA REPRESENTANTE <input type="checkbox"/>
Pergunta com pedido de resposta oral com debate (art. 115.º) <input type="checkbox"/>	Pergunta com pedido de resposta escrita (art. 117.º) <input type="checkbox"/> Pergunta escrita prioritária (art. 117.º, n.º 4) <input type="checkbox"/>

AUTOR(ES): Marisa Matias e Alda Sousa

ASSUNTO: (especificar) Declarações do Representante da Comissão Europeia sobre o Tribunal Constitucional de Portugal

TEXTO:

Tivemos hoje conhecimento de um relatório elaborado e assinado pelo Representante da Comissão Europeia em Portugal, no qual estão explanadas várias considerações sobre um órgão de soberania de Portugal, o Tribunal Constitucional.

O autor do documento acusa o Tribunal Constitucional de ser um activista político e de pôr em risco com as suas decisões o Memorando de Entendimento e conseqüentemente precipitar um segundo resgate.

O Tribunal Constitucional, tem como competência específica, e de acordo com a Constituição da República Portuguesa, administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, nomeadamente verificar a inconstitucionalidade das normas que infringam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados. Além disso, a Constituição da República Portuguesa, bem como todas as revisões da mesma, foi votada na Assembleia da República portuguesa, pelos deputados eleitos, ao contrário do Memorando de Entendimento.

Fundamentar as conclusões vertidas no relatório em debates de comentadores ou de um dos muitos professores de direito do país, que, ao contrário dos juizes do Tribunal Constitucional, não estão obrigados a qualquer dever de imparcialidade, é um exercício grosseiro de manipulação e de irresponsabilidade. Usar esse exercício para encontrar justificações para os falhanços do governo português é mais grave e configura, isso sim, uma transformação da Comissão Europeia num activista do debate político português, em completa violação dos limites do seu mandato.

Coagir a acção de um órgão de soberania, independente, de um Estado-Membro, através de chantagens e ultimatoss, constitui um precedente gravíssimo de desrespeito pela autonomia dos Estados-membros e pelo princípio da separação dos poderes político e judicial, central em todas as democracias europeias.

Assim, pretendemos saber da Comissão Europeia, se subscreve o conteúdo do relatório do seu Representante em Portugal?

Se, não subscreve, se pretende enviar algum pedido de desculpas ao Tribunal Constitucional, e se o autor do documento continuará em funções?

Assinatura(s): Data: 2013-10-17